

## NEOLIBERALISMO E ESTADO: o choque de final de milênio

**Fábio Andreas Richter**

Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF / SC

E-mail: fabiorichter@yahoo.com.br

### Resumo

O presente artigo procura analisar a trajetória de mudanças sofridas pela configuração assumida no ocidente pelo Estado, como instituição, no final do século XX e início do XXI. A análise prioriza a relação entre o Estado e os paradigmas econômicos vigentes, em especial a transição entre os regimes keynesianos e neoliberais no tempo presente. Procura, desta forma, identificar os elementos que compuseram os principais momentos de disputa entre modelos em busca de hegemonia. As propostas relativas ao papel do Estado situam-se entre os extremos da sua intervenção direta na economia, como forma de promover o bem estar social – presente nas políticas keynesianas – e o seu distanciamento, deixando as atividades econômicas a cargo da iniciativa privada, como é defendida pelas políticas neoliberais.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo. Configuração do Estado. Economia.

## NEOLIBERALISM AND STATE: the shock of millennium end

### Abstract

This article aims to analyze the trajectory of changes suffered by the State configuration in the end of the XX century and in the beginning of the XXI century. The analysis prioritizes the relation between the effective State and economic paradigms, in special the transition between keynesian and neoliberal regimes in the present time. Search of this form to identify the elements that had composed the main moments of dispute between models in hegemony search. The relative proposals to the role of the State are placed enter the extremities of its direct intervention in the economy, as form to promote the welfare state, present in the keynesians politics, and its removal, leaving the economic activities the position of the private initiative, as it is defended by the neoliberal politics.

**Keywords:** Neoliberalism. Configuration of the State. Economy.

## Introdução

A configuração que o aparelho estatal assumiu para desenvolver suas atividades nas diversas esferas de atuação sofreu variações ao longo da segunda metade do século XX, resultando em questões para o início do século XXI. A forma que o Estado buscou, ou foi levado a assumir, está diretamente relacionada às expectativas e ao papel que dele eram esperados, os quais se conectam em grande parte com a realidade econômica que o cerca, que o condiciona.

O final da Segunda Guerra Mundial presenciou o recrudescimento do debate sobre qual seria o modelo sócio-econômico mais adequado para levar a humanidade ao desenvolvimento, à satisfação de suas necessidades. Em um extremo deste debate, havia a proposta liberal, no outro a proposta socialista e entre eles o keynesianismo.

Durante mais de 40 anos o debate – e mesmo o confronto – ocorreu entre estes dois extremos, até que o abrupto final da União Soviética em 1991, tido até então como modelo acabado e viável da proposta socialista, possibilitou uma aparente hegemonia das idéias liberais, agora neoliberais, no ocidente e nos países diretamente a ele ligados. Essa hegemonia resultou numa série de posturas que foram sendo progressivamente defendidas e adotadas para a configuração governamental dos países ocidentais, caracterizando o modelo de “Estado Mínimo”.

Entender a origem, a trajetória e a resultante desse panorama na configuração que o Estado vem assumindo para atuar, está diretamente relacionado a entender a sua relação com as propostas e trajetórias das configurações econômicas predominantes. Acompanhar e analisar tais propostas econômicas permite entender os motivos que levaram ao formato que o Estado assume e atua no tempo presente.

## O Estado como Ameaça

O final da II Guerra Mundial foi seguido do confronto político-ideológico da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética compuseram dois blocos que passaram a se interpelar das mais diversas formas e fomentaram diversas disputas.

No campo sócio-econômico, o debate contou com inúmeros protagonistas no que tange ao papel de atuação pensado para o Estado. No ocidente as idéias liberais foram, no pós

Segunda Guerra, claramente expostas e defendidas nos trabalhos de Friedrich Hayek e Milton Friedman, os quais se tornaram referências para esse campo que buscava afirmar-se frente às proposições socialistas e keynesianas.

O Estado representou para Hayek, que também levava em conta a experiência Nazi-fascista, o principal agente que poderia ocasionar a supressão da liberdade individual, valor supremo de liberais e neoliberais. Embora não concebesse uma sociedade onde o Estado não tivesse função (HAYEK, 1990), havia uma preocupação do autor com a vinculação do mesmo a busca, patrocinada pelas idéias socialistas, de uma economia dirigida onde o Estado teria papel central.

O combate às idéias socialistas é o âmago da obra de Hayek, pois são elas que patrocinam o coletivismo, o qual, citando Adam Smith, ao controlar a economia, torna os governos opressores e tirânicos. A característica comum do coletivismo é organizar intencionalmente as atividades da sociedade tendo em vista um objetivo social definido, negando dessa forma a soberania dos objetivos individuais. O Estado, ao organizar a sociedade tendo em vista objetivos coletivos, passaria a controlá-la, reduzindo a liberdade individual, inserindo-a na escala de valores do Estado (HAYEK, 1990).

A obra de Hayek caracteriza-se também como um dos fundamentos do neoliberalismo, que passou a tomar um progressivo impulso a partir de 1947. Um dos marcos articuladores desse impulso foi a criação, na Suíça, da Sociedade *Mont Pelerin*. Esta entidade, que teve como primeiro presidente o próprio Hayek, reuniu importantes economistas e intelectuais que formularam essa doutrina que se opôs ao então pensamento econômico keynesiano e às políticas dele resultantes (MINTO, 2007).

O keynesianismo, depois do socialismo, representou o principal contraponto conceitual ao neoliberalismo, sendo, de certa forma, o seu grande adversário imediato, uma vez que estava inserido no próprio sistema capitalista existente. Uma das principais resultantes do keynesianismo foi o surgimento do chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*. Essa elaboração propunha que o Estado deveria ser agente (protetor e defensor) da promoção social e organizador da economia. Dessa forma, todo o indivíduo teria garantido, durante sua existência, direito a um conjunto de bens e serviços que incluiriam a educação em todos os níveis, assistência médica gratuita, auxílio desemprego, renda mínima e recursos para a criação dos filhos.

Sob as premissas keynesianas, o Estado passou a intervir de forma direta no plano econômico, montando e operacionalizando repartições, bancos e empresas, ou seja, todo um

aparato sob sua direta atuação que permitisse agir sobre a economia, além de defender e promover o bem estar social.

Essa postura keynesiana trouxe grande importância ao papel do Estado, tido então como um dos principais operadores da economia. A importância desse papel era reconhecida pela própria sociedade, com reflexos na aprovação e constituição do corpo político que o operaria. Mas essa situação não seria permanente...

## O Papel do Estado em Xequê

O Keynesianismo teve impulso no ocidente após o colapso econômico da década de 1930, tendo uma relativa hegemonia até a década de 1960, quando a economia mundial começava a passar por um novo período de instabilidade.

O progressivo aumento da taxa de inflação na economia dos Estados Unidos, a partir de 1966, mostrou na prática “[...] como a inflação de preços e salários estava além dos limites da ortodoxia keynesiana” (GALBRAITH, 1986, p. 243).

A fase keynesiana permitiu um período de acumulação de capitais, mas entrou numa etapa crítica a partir do início dos anos 1970. Os traços mais evidentes deste quadro foram: queda da taxa de lucro, devido ao aumento do preço da força de trabalho; esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista, dada a impossibilidade de responder à retração do consumo resultante do desemprego estrutural; hipertrofia da esfera financeira, que se autonomizava frente aos capitais produtivos; concentração de capitais, devido às fusões entre empresas; crise do *welfare state*, devido à crise fiscal do Estado, com a retração dos gastos públicos e conseqüente transferência de capital para a iniciativa privada; aumento das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 1999).

A resultante mais expressiva deste quadro de crise foi o desencadeamento da mundialização financeira, ou globalização segundo Chesnais. De acordo com o autor, ela se revelaria nas dimensões da autonomização da esfera financeira em relação à produção e capacidade de intervenção das autoridades monetárias, da valorização do capital de natureza especificamente financeiro e do papel dos operadores financeiros na delimitação dos traços dessa mundialização ao decidirem quais os agentes econômicos, e de quais países e para quais tipos de transação iriam participar (CHESNAIS, 1998). O Estado deixa desta forma de ser o operador chave da economia, e mesmo do bem estar social.

Por outro lado, um aspecto comum na globalização está relacionado às crenças que produz, que são geradas para sustentar o seu discurso e a sua aceitação. No que tange diretamente ao Estado, se constituíram as crenças: do custo excessivo para manter o Estado de bem-estar social; da impossibilidade de controlar o fluxo internacional de mercadorias e capitais; da capacidade do processo de globalização levar a superação do desemprego; da excessiva intervenção do Estado na economia (BOXBERGER e KLIMENTA, 1999). Tais crenças são recorrentemente utilizadas nos momentos de confronto, principalmente naqueles ligados à privatizações e perda de direitos trabalhistas ou sociais.

A partir do fracasso das políticas de ativação econômica por meio da demanda, da estagflação<sup>1</sup> dos fins da década de 1970 e com a determinação de romper as condições que ainda permitiam aos assalariados defender seu poder de compra, além de manter suas conquistas sociais, ocorre a “revolução conservadora” de Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1998).

Outro elemento importante a compor o quadro de mundialização financeira, são os fundos de pensão e sociedades de aplicação coletiva de valores mobiliários. Estas entidades, ao ultrapassarem determinados níveis no crescimento do montante de poupança que centralizavam, passaram a buscar novas oportunidades de aplicação. Acabaram sendo atendidos pelos governos que estavam procurando novas formas de financiar seus déficits, e que não acarretassem prejuízos políticos em excesso (CHESNAIS, 1998). O encontro destes objetivos possibilitou o envolvimento do Estado como parte interessada no desenvolvimento do processo e, conseqüentemente, fomentadora dele também.

Dentro deste quadro de mudanças, a partir da década de 1960 começou a ser evidenciada a obra de outro importante pensador do neoliberalismo, Milton Friedman. Embora publicada em 1962, como produto de uma série de palestras ministradas no *Wabash College* em 1956, “Capitalismo e Liberdade”, a obra paradigmática do autor, inseriu-se num contexto de busca de novas alternativas de políticas econômicas que começavam a tomar vulto a partir da década de 1970.

Um dos últimos membros fundadores ainda vivos da sociedade *Mont Pelerin*, Friedman, compôs uma obra didática e militante que serviu de emblema à “maré montante” do neoliberalismo no ocidente, a qual começa a tomar vulto durante a década de 1980. O combate ao poder do Estado, potencializado pelas idéias keynesianas e socialistas, que ameaçam o indivíduo, representou o foco central da obra de Friedman.

---

1 Estagflação define-se como uma situação onde ocorre a coexistência de níveis altos de inflação e desemprego (MELLER, 1987).

Os papéis reservados ao Estado, de acordo com Friedman, deveriam se limitar a fornecer uma estrutura jurídica, proteger as liberdades individuais e a propriedade privada, garantir a execução de contratos livremente estabelecidos e fornecer uma estrutura monetária (FREIDMAN, 1984). Todas as demais atividades deveriam sempre prioritariamente ser exercidas pela iniciativa privada, no âmbito de um mercado competitivo.

As diretrizes neoliberais materializavam-se através do afastamento do Estado em relação às atividades econômicas, realização de reformas institucionais que permitissem a livre competição, além da livre circulação dos capitais, de forma que a única ação reguladora possível fosse a do mercado. Também passaram a ocorrer privatizações de todos os setores da economia nacional, transferência de serviços públicos ao setor privado, desregulamentação do sistema financeiro, redução dos encargos e direitos sociais como um todo, além da redução dos gastos governamentais.

## Neoliberalismo em Ação

A primeira grande experiência de implantação de políticas neoliberais em âmbito nacional ocorreu nos anos 1970, no Chile, após o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende. Neste episódio, um grupo de economistas chilenos, ex-alunos de Milton Friedman no curso de pós-graduação em economia da Universidade de Chicago, sob o comando do general Augusto Pinochet, passou a aplicar as políticas neoliberais em larga escala (CHICAGO, 2007). A partir de 1975 foram tomadas medidas como a redução em 20% do gasto público, demissão de 30% dos funcionários públicos, aumento de impostos, privatização da maioria das empresas estatais, liquidação do sistema de poupança para casa própria, sendo mantida a proibição de sindicatos e a eliminação da legislação laboral (MILAGRO, 2007).

Apesar de sua precedência, o exemplo chileno acabou sendo suplantado em repercussão pelo britânico, patrocinado por Margaret Thatcher. A ascensão do governo conservador de Thatcher em 1979 levou à aplicação de medidas neoliberais não muito diferentes das aplicadas no caso chileno. Ocorre a privatização de empresas estatais, educação e meios de ajuda social. O percentual de privatizações chegou a 100% em setores como finanças e telecomunicações, 99% na energia e transportes e 97% na agricultura e indústria entre 1977 e 1997 (SINISCALCO apud MANTEGA, 2001).

O caso britânico foi emblemático no que tange a relação entre Estado e trabalhadores sob as diretrizes neoliberais. Após a ascensão de Thatcher, o funcionalismo público foi reduzido de 9 para 5% da força de trabalho da Inglaterra (MANTEGA, 2001). A intensiva privatização do setor público é seguida de uma legislação que desregulamentou fortemente as condições de trabalho, flexibilizou direitos sociais e coibiu a participação e atuação sindical (ANTUNES, 1999).

O movimento sindical Inglês, que já vinha dando sinais de esgotamento a partir da década de 1960, sofre forte impacto em suas bases de sustentação com o novo direcionamento político-econômico. O aprofundamento do projeto neoliberal de Thatcher acabou levando o sindicato a afastar seus pares do Estado. O consenso pós-guerra entre Capital, Trabalho e Estado, que levou a uma regulamentação voluntária das relações de emprego, girando em torno do pleno emprego e do estado de bem-estar social, estava rompido (ANTUNES, 1999).

O Partido Trabalhista, que havia surgido do movimento sindical, também passa por um declínio, deixando livre o campo político para a atuação dos partidários dos programas neoliberais. O *New Labor*, que surgiu sob o suporte teórico da terceira via, mesclou o liberalismo com traços da moderna “social democracia”, defendendo o empreendimento, o mercado e o rigor da competição (ANTUNES, 1999).

Por seu lado, os EUA elegem Ronald Reagan como presidente entre 1981 e 1989. Seu lema era “somente reduzindo o crescimento do Estado será possível aumentar o crescimento da economia”. A “*Reaganomics*”, como foi chamada sua política, caracterizou-se pela busca em reduzir: as despesas governamentais, os impostos sobre o Capital e Trabalho, as regulamentações financeiras e a inflação por meio do controle da expansão monetária (NISKANEN, 2007). Mais uma vez o Estado era tido como o principal empecilho ao desenvolvimento econômico, sua influência deveria ser combatida, o mercado e o individualismo deveriam ser priorizados.

## Ação Neoliberal na América Latina e Brasil

Enquanto a década de 1980 foi marcada pelo avanço da doutrina neoliberal sobre países que se tornaram “exemplos”, a década seguinte é marcada pela sua propagação entre os demais países ocidentais, países a eles ligados, bem como seus novos afiliados do leste europeu.

A América Latina não foi exceção a este quadro. A região havia passado entre as décadas de 1930 e 1970 por uma fase de políticas de desenvolvimento levadas a cabo por Estados intervencionistas (MAIA, 2007). O desenvolvimentismo – como foi chamada a política baseada no crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, tendo a participação ativa do Estado como base da economia e conseqüente aumento do consumo (DESENVOLVIMENTISMO, 2007) – representou, em casos como o do Brasil, uma busca do Estado em suplantar as deficiências do próprio capitalismo local (MANTEGA, 2001).

A crise do Estado desenvolvimentista na América Latina se manifestou agudamente na década de 1980 quando o aumento da taxa de juros dos EUA, produzida no bojo da política monetarista de Paul Volker, presidente do *Federal Reserve System* – FED (banco central dos EUA), levou ao estancamento de empréstimos para a região. Criou-se dessa forma a chamada “década perdida”.

O período também se caracterizou pela crise dos regimes autoritários e pelo início da redemocratização da região. As tentativas de manter uma política minimamente keynesiana são malsucedidas, o que abre campo para a ofensiva neoliberal.

Exemplos básicos do início em larga escala da busca pela aplicação de diretrizes neoliberais na América Latina são os governos de Menem na Argentina, entre 1989 e 1999, Salinas de Gortari no México, entre 1988 e 1994, e, no Brasil, Collor entre 1990 e 1992 e Fernando Henrique Cardoso entre 1994 e 2002. São governos que ocorrem em países que compõem a parcela mais significativa da economia da região. Um dos traços característicos do processo foi a intensa privatização de áreas sob o controle do Estado.

No Brasil ocorreu uma significativa articulação a favor das idéias neoliberais, principalmente no que diz respeito a crítica da atuação do Estado sobre a economia. Um exemplo do início dessa articulação foi a atuação dos Institutos Liberais, entidades criadas pelo empresariado brasileiro no início dos anos 1980 como centros de difusão ideológica do neoliberalismo. O contexto da redemocratização política e da assembléia constituinte criou o ambiente favorável ao surgimento dessas entidades, até mesmo como forma de contraponto das iniciativas dos partidos de esquerda, movimento sindical, burocracias, elites militares e civis desenvolvimentistas e estatistas (GROS, 2004).

Os Institutos Liberais fazem parte da rede internacional, composta por intelectuais, acadêmicos, políticos, institutos de pesquisa, fundações e empresas dispostas a financiar esse grupo. A rede é guiada pelo movimento ideológico criado, entre outros, por Hayek e pela Sociedade *Mont Pelerin* em 1947. Essa rede foi fundamental para consolidar o neoliberalismo

como direcionamento político, na vitória de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA, no final dos anos 1970 e conseqüente internacionalização do movimento nos anos 1980 (GROS, 2004).

As atividades dos Institutos Liberais brasileiros estiveram desde o início da década de 1980 ligadas a propaganda ideológica junto a um público selecionado, por meio direto de boletins informativos, enviados gratuitamente a associados, universidades, meios de comunicação e entidades empresariais. Nos boletins eram apresentados artigos, muitas vezes traduzidos de publicações estrangeiras, e comentários sobre a política nacional e projetos de lei em tramitação no congresso. Além de envio de boletins, era promovida a publicação de obras consagradas da doutrina liberal, financiadas obras de autores nacionais, desenvolvida a série didática “idéias liberais”, distribuída por meio de mala direta, além da publicação da revista “*Think Tank*” distribuída entre associados e público selecionado. Também foram realizados, por professores universitários, cursos de formação junto a empresas, colóquios e debates para o meio jurídico e acadêmico, palestras nos centros de formação de militares e oferecidos prêmios para estudantes que desenvolvessem trabalhos na área (GROS, 2004). Em suma, tratava-se de um intenso trabalho de formação, com forte apoio de instituições internacionais, junto a um público seletivo, formador de opiniões ou tomador de decisões, capaz de intervir nos direcionamentos das políticas públicas e elaborações legais.

O suporte dado pela articulação neoliberal foi de grande importância no direcionamento dado pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Estes governos se caracterizaram no Brasil por uma intensa disputa entre os vários direcionamentos a serem dados às políticas públicas e à forma de atuação do Estado, em especial frente aos problemas econômicos.

No que tange às idéias neoliberais, os maiores êxitos podem ser apontados com relação a mudança no direcionamento dado a atuação do Estado. A criação de todo um clima ideológico contrário a sua atuação direta na economia foi a maior conquista da articulação liberal. A privatização do setor produtivo do Estado brasileiro, assim como de serviços públicos, implicou até o ano 2000 no repasse à iniciativa privada de um patrimônio de mais de 200 bilhões de dólares (MANTEGA, 2001).

Embora a privatização do setor produtivo e de serviços públicos do Estado brasileiro não possa ser colocada somente em termos de um posicionamento ideológico, pesando muito a crise fiscal deste mesmo Estado, é necessário considerar que a alternativa implementada foi levada a cabo mediante um forte e claro posicionamento ideológico. De um ativador da

economia e veículo de propagação do bem-estar social, o Estado tornou-se uma ameaça a ser eliminada, ou segregada. Essa percepção ficou tão arraigada a ponto de a atuação do Estado, em determinados setores de seu próprio aparelho funcional, ter de ser “terceirizada”, contratada na iniciativa privada, como uma forma de obter uma suposta “maior eficiência”.

O balanço da atuação neoliberal na América Latina durante a década de 1990 e início dos anos 2000 foi francamente favorável as suas iniciativas. Embora a flexibilização da legislação trabalhista tenha sido freada na sua maior parte no Brasil, o sucesso do neoliberalismo, no sentido de estigmatizar o Estado e suas iniciativas - e mesmo reluzi-lo - foi total.

## Considerações Finais

A onda neoliberal, que varreu o ocidente no final do terceiro milênio, representou um claro exemplo de como um momento de crise de projetos para a humanidade, pode ser sobrepujado por uma articulação clara em suas concepções e objetivos, além de firme em seu apoio, seja material, seja político.

As classes que estão na hegemonia do sistema capitalista internacional são as mesmas que fazem questão de manter a hegemonia ideológica do neoliberalismo, o que leva ao enfraquecimento do Estado e a sua submissão a seus interesses (BORÓN, SADER E GENTILI, 1995). Longe de ser uma “conseqüência natural”, efetivada em um desenrolar consensual, o neoliberalismo foi uma clara construção, com seus momentos de força e resistências.

Apesar de economicamente ser um fracasso, na medida em que não conseguiu uma revitalização básica do capitalismo, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos sociais, gerando sociedades desiguais, embora não desestatizadas. Todavia, política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou um êxito que provavelmente foi além das expectativas de seus fundadores (ANDERSON, 1995). Este êxito fez com que as próprias discussões institucionais sobre possíveis alternativas a suas prerrogativas tenham de levar em conta as suas premissas, ou seja, tenham de se dar em termos do mercado competitivo, do individualismo e do Estado mínimo.

A trajetória de mudanças pelas quais passou o Estado no ocidente no final do século XX demonstrou a influência direta do pensamento econômico hegemônico. Do combate a ameaça socialista, passando pelo espectro keynesiano e chegando ao neoliberalismo

globalizado, o Estado, no ocidente, sofreu mudanças em sua configuração e forma de atuação que estiveram diretamente ligadas aos preceitos básicos destas correntes do pensamento econômico. O tempo presente ainda evidencia os ecos dessas disputas, caracterizá-las e situá-las permitirá que nos posicionemos melhor frente às questões que surgem em nosso devir, questões como a quem servirá e a que servirá essa construção coletiva, e para o coletivo, que é o Estado.

## Referências

ANDERSON, Perry in SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo** – As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOXBERGER Gerald; KLIMENTA, Harald. **As Dez Mentiras da Globalização**. São Paulo: Aquariana, 1999.

CHESNAIS, François. In: **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998, p.11-33

CHICAGO, Boys. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Chicago\\_Boys](http://pt.wikipedia.org/wiki/Chicago_Boys)>. Acesso em: 02 ago. 2007.

DESENVOLVIMENTISMO. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimentismo>>. Acesso em: 05 ago. 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Pensamento Econômico em Perspectiva**: uma história crítica. São Paulo: Pioneira: Ed. da USP, 1986.

GROS, Denise B. Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 143-160, jul. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a09v1954.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MAIA, Aline Passos. **O Ingresso da América Latina na Nova Dinâmica da Política Internacional e a Influência da Globalização na Estrutura Estatal**. SIMPÓSIO – ESyP-8: Sociedades em Movimento – Globalização, Estado e Cultura na América Latina. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/ESyP/ESyP-8-PASSOS-MAIA.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2007.

MANTEGA, Guido. **O Programa de Privatizações Brasileiro e a sua Repercussão na Dinâmica Econômica**. 53 ed. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 2001. 122 p. Disponível em: <<http://www.eaespp.fgv.br/AppData/GVPesquisa/Rel%2053-2001.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2007.

MELLER, Patricio. Uma Revisão da Crise na Ciência Econômica: (keynesianismo x monetarismo). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 73-91, 1987. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2007.

MILAGRO de Chile. Disponível em: <[http://es.wikipedia.org/wiki/Milagro\\_de\\_Chile](http://es.wikipedia.org/wiki/Milagro_de_Chile)>. Acesso em: 02 ago. 2007.

MINTO, Lalo Watanabe. **Neoliberalismo**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_neoliberalismo1.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_neoliberalismo1.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2007.

NISKANEN, William A. **Reaganomics**. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc1/Reaganomics.html>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Recebido em: 20/12/2007  
Aprovado em: 30/09/2009